

STJ00117488

RICARDO CASTILHO

Pós-Doutor em Direito pela USP e pela UFSC. Doutor pela PUC-SP. Professor de Filosofia nos programas de Mestrado e Doutorado da FADISP. Fundador e Diretor da Escola Paulista de Direito – EPD e da Law Concept Academy – LCA. Advogado em São Paulo e Brasília.

DIREITOS HUMANOS

7ª edição

2023

saraiva  jur



Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Fiór de Souza Daílla Costa de Oliveira
Edição	Jefferson Costa da Silva (coord.) Marisa Amaro dos Reis
Design e produção	Daniete Debora de Souza (coord.) Flavio Teixeira Quarazemin Camilla Felix Cianetti Chaves Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Ione Franco
Revisão	Carolina Mihoko Massanhi
Capa	Karina Kempler
Produção gráfica	Marii Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VASNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/0410

C352d	Castilho, Ricardo dos Santos
	Direitos humanos / Ricardo dos Santos Castilho. -- 7. ed. -- São Paulo : SaraivaJur, 2023.
	432 p.
	ISBN: 978-85-5362-165-7 (Impresso)
	1. Direito. 2. Direitos humanos. I. Título
2023-320	CDD 341.4 CDU 341.4

Índice para catálogo eletrônico:

1. Direitos humanos	341.4
2. Direitos humanos	341.4

Data de fechamento da edição: 24-3-2023

 Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA	16104	CL	007373	CAE	701540
-----------	-------	----	--------	-----	--------

Sumário



Prefácio	VII
Apresentação	IX
Nota à 7ª edição	XI
<u>Capítulo 1</u>	
O processo histórico de reconhecimento dos direitos humanos fundamentais ..	3
1. Introdução: os direitos da pessoa humana	3
2. Ordem e ordenação.....	8
<u>Capítulo 2</u>	
Constitucionalismo	15
1. Primórdios do Constitucionalismo	15
2. Constitucionalismo na Idade Média	18
2.1. Documentos relevantes para o reconhecimento e proteção dos direitos humanos na Idade Média	19
2.1.1. Cartas forais.....	19
2.1.2. Magna Carta.....	20
2.1.3. A República das Duas Nações	26
2.2. Constitucionalismo na Idade Moderna	28
2.2.1. <i>Petition of Rights</i> : semente da Revolução Inglesa	29
2.2.2. O <i>Habeas Corpus Act</i>	32
2.2.3. Momentos e movimentos relevantes.....	35
2.2.3.1. Período colonial na América do Norte.....	35

2.2.3.1.1. A colonização Na América do Norte.....	37
2.2.3.1.2. A Guerra dos Sete Anos.....	38
2.2.3.2. Iluminismo e independência	39
2.2.3.3. Liberalismo	40
2.2.3.4. Socialismo.....	43
2.2.3.5. A Declaração de Virgínia.....	43
2.2.3.6. A <i>Bill of Rights</i> norte-americana.....	45
2.3. Constitucionalismo contemporâneo.....	46
2.3.1. Antecedentes teóricos da Revolução Francesa.....	46
2.3.1.1. Antecedentes práticos da Revolução Francesa.....	48
2.3.1.2. O levante popular de 1789	49
2.3.1.3. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.....	49
2.3.2. O México e a Constituição Mexicana de 1917 (Estados Unidos Mexicanos).....	53
2.3.3. A Primeira Guerra Mundial	59
2.3.3.1. O Brasil na Primeira Guerra Mundial.....	61
2.3.3.2. O Tratado de Versalhes.....	62
2.3.4. A República de Weimar	65
2.3.4.1. A Constituição de Weimar de 1919.....	67
2.3.5. Antecedentes da Revolução Russa.....	69
2.3.5.1. A base teórica da Revolução Russa.....	70
2.3.5.2. Cai a monarquia russa	72
2.3.6. O complexo período entre guerras.....	76
2.3.7. A Segunda Guerra Mundial.....	79
2.3.7.1. A Convenção de Genebra	85
2.3.7.2. Cruz Vermelha, a primeira ação humanitária em guerras	87

Capítulo 3

Direito internacional humanitário.....	91
1. Direito Internacional Humanitário.....	91
2. O nascimento do sistema internacional de proteção dos direitos humanos ...	94
2.1. A Organização das Nações Unidas.....	94
2.2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.....	101
2.3. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	105
2.4. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais...	108
2.5. O Pacto de San José da Costa Rica.....	111
2.6. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos	113
2.7. A Corte Interamericana de Direitos Humanos	115

2.8. O Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos: a Lei de Anistia (Lei n. 6.683/79).....	116
3. Tratados internacionais: principais apontamentos	121
4. A Formação dos tratados internacionais.....	123
5. Alguns dos principais tratados internacionais	125
5.1. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	125
5.2. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	126
5.3. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.....	127
5.4. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ..	129
6. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos	133
6.1. Precedentes.....	134
6.2. O sistema europeu	135
6.2.1. Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	137
6.3. O sistema interamericano	139
6.4. O sistema africano	141
6.5. O sistema árabe	143
6.6. O sistema asiático	144

Capítulo 4

Tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico pátrio, os tratados e a Constituição Federal.....	149
1. Introdução	149
2. O artigo 5º, § 1º, da Constituição Federal: “aplicação” imediata dos direitos e garantias fundamentais	150
3. Os tratados internacionais de direitos humanos em nosso ordenamento..	151
4. A posição do STF à luz do artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal	159
5. O artigo 5º, § 1º, da Constituição Federal e a incorporação de tratados internacionais de direitos humanos pelo ordenamento jurídico nacional.....	167
6. Primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos por violência policial	170
7. A evolução dos direitos humanos nas Constituições brasileiras e os instrumentos de proteção dos direitos humanos no Brasil.....	173
Constituição de 1824	178
Constituição de 1891	179
Constituição de 1934.....	179
Constituição de 1937.....	180
Constituição de 1946.....	180



Constituição de 1967.....	181
Constituição de 1988.....	182

Capítulo 5

A dignidade da pessoa humana: reflexões sobre seu conteúdo, seu papel e sua aplicação.....	187
1. As diferentes concepções de direito.....	187
1.1. O jusnaturalismo.....	188
1.2. O jusnaturalismo moderno.....	191
1.3. O positivismo jurídico.....	196
1.4. O pós-positivismo.....	199
2. O neoconstitucionalismo.....	203
3. A construção histórica do conceito de dignidade da pessoa humana: breves apontamentos.....	207
4. A definição de dignidade da pessoa humana: uma tentativa de aproximação..	211
5. Dignidade da pessoa humana: modalidades de eficácia.....	220
6. A dimensão positiva da dignidade da pessoa humana: um esclarecimento necessário.....	222
7. A dignidade da pessoa humana em nossa Constituição.....	223
8. É a dignidade da pessoa humana um princípio absoluto?.....	229
9. A dignidade da pessoa humana e o artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal..	231
10. Dignidade humana e mínimo existencial.....	233
11. Pandemia de Covid-19: uma questão de direitos humanos.....	237

Capítulo 6

Liberdade, fundamento dos direitos humanos.....	241
1. Liberdade no pensamento da Antiguidade e na atualidade.....	242
2. Liberdade econômica.....	249
3. Liberdade de imprensa.....	252
4. A liberdade da nacionalidade.....	255
5. Liberdade política.....	257
6. Liberdade e igualdade.....	258

Capítulo 7

Atentados contra a liberdade e a dignidade humana.....	263
1. Escravidão.....	263
1.1. A escravidão na América do Norte.....	263
1.2. A escravidão no Brasil.....	266
2. Pena de morte.....	267

2.1. Pena de morte no mundo	269
2.2. Pena de morte no Brasil.....	271
2.3. Refutação preempatória da pena de morte: mais argumentos	274
3. Prisão desumana.....	278
3.1. Os problemas do sistema carcerário.....	280
3.2. O estado de coisas inconstitucional: posicionamento do STF	283
3.3. Necessidade de superação do encarceramento em massa propostas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	285
4. Tortura.....	289
4.1. A audiência de custódia como instrumento para combate à tortura...	296

Capítulo 8

Discriminação, preconceito e racismo.....	305
1. Introdução	305
2. A pessoa idosa	306
3. A questão da criança e do adolescente no Brasil.....	310
3.1. Educação e trabalho infantil	316
3.2. Educação e direitos humanos.....	317
3.3. Ensino à distância.....	319
4. Racismo.....	323
5. Relação de trabalho: diferentes formas de discriminação.....	326
5.1. Lei contra a discriminação no emprego	329
6. Gênero, a busca da igualdade.....	331
7. Pessoas com deficiência: direitos humanos e dignidade humana.....	335
8. O problema da imigração: crise internacional dos direitos humanos	338
8.1. Instituições responsáveis pela assistência a refugiados.....	340
8.2. Conceito de refugiado para o direito brasileiro (art. 1º da Lei n. 9.474/97).....	340
8.3. Aspectos importantes do Estatuto do Refugiado.....	341
8.4. A Lei n. 13.445/2017: Lei de Migração.....	341

Capítulo 9

Direitos humanos: uma questão terminológica	345
1. As características dos direitos fundamentais.....	347
2. A ideia de fases, gerações ou dimensões de direitos fundamentais.....	348
2.1. Primeira fase, geração ou dimensão: as liberdades públicas e os direitos políticos	351
2.2. Segunda fase, geração ou dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais	354

2.3. Terceira fase, geração ou dimensão: os direitos de solidariedade ...	358
2.4. As “novas” dimensões ou gerações	361
2.5. Implementação dos direitos sociais: a crítica à teoria das gerações, a “reserva do possível” e o “mínimo existencial”	362
2.6. Direitos fundamentais, Constituição, estado de direito, estado social e democracia	369

Capítulo 10

Fundamentação constitucional da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares	377
1. Introdução	377
2. Modelos da aplicabilidade dos direitos fundamentais às relações entre particulares	381
3. O modelo direto	382
4. O modelo indireto	384
5. O não modelo: negação de quaisquer efeitos dos direitos fundamentais sobre a relação entre particulares	387
6. Outros modelos: <i>state action</i>	388
7. Modelos teóricos existentes no Brasil	389
8. A questão do consumidor	397
 Referências	 403